



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 798, DE 2022

Altera a Lei nº 8.213, de 1991, para dispor sobre a correção monetária e juros de mora devidos em caso de pagamento de parcelas relativas a benefício, efetuado com atraso, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PROJETO DE LEI nº \_\_\_\_\_, DE 2022**

Altera a Lei nº 8.213, de 1991, para dispor sobre a correção monetária e juros de mora devidos em caso de pagamento de parcelas relativas a benefício, efetuado com atraso, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e dá outras providências.



SF/22262.00499-07

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 41-B.** O pagamento de parcelas relativas a benefício, efetuado com atraso, independentemente de que lhe deu causa, será atualizado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, verificado no período compreendido entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento, acrescido da taxa de juros de mora correspondente à utilizadas na cobrança de tributos pago em atraso ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário-mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no caput, de acordo com normas estabelecidas em regulamento.”

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei aos pagamentos efetuados administrativamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em atraso nos cinco anos anteriores à data de sua publicação, assegurada a compensação de juros de mora e correção monetária comprovadamente efetuados.

Parágrafo único. O INSS promoverá, no prazo de um ano a contar da data da publicação desta Lei, a revisão dos pagamentos efetuados aos segurados ou seus dependentes, com vistas à apuração das diferenças devidas em decorrência do disposto nesta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes do disposto nesta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da Seguridade Social da União.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, previa, originalmente, em seu art. 41, § 7º, que o pagamento de parcelas relativas a benefício, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, seria atualizado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, verificado no período compreendido entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Contudo, essa norma protetiva do segurado foi revogada pela Lei nº 8.880, de 1994, a qual deu início ao processo de “desindexação” da economia, implantou a URV e precedeu o Plano Real.

Desde então, inexistiu lei que assegure a correção, embora o art. 175 do Decreto nº 3.048, de 1999, com a redação dada pelo Decreto nº 6.722, de 2008, preveja que o pagamento de parcelas relativas a benefícios efetuado com atraso, independentemente de ocorrência de mora e de quem lhe deu causa, deve ser corrigido monetariamente desde o momento em que restou devido, pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do RGPS, apurado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Observa-se, portanto, que o segurado prejudicado pelo atraso na concessão do benefício, problema que tem se agravado substancialmente em vista da insuficiência de pessoal para o processamento de requerimentos e perícias médicas pela Previdência Social, com o represamento de mais de 2 milhões de benefícios, é também prejudicado pela inexistência de regras que assegurem que, quando do pagamento do que lhe é devido, o valor será devidamente atualizado, inclusive com a incidência de juros de mora.

A norma fixada em Decreto, por um lado, não prevê juros de mora, e prevê uma atualização “pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios”, apurado pro rata, ou seja, mês a mês. Esse índice, atualmente, é o INPC.

Para equacionar o problema, foi editada pelo Diretor de Benefícios do INSS a Portaria nº 934, de 29 de setembro de 2021, que “Dispõe sobre a implantação do cálculo de juros referente ao Termo de Acordo do Recurso Extraordinário 1.171.152/SC”.

Essa norma infralegal prevê a implementação de cálculo de juros de mora, a ser aplicada, porém, aos casos pendentes de análise a partir de 10 de junho de 2021, e fixa como critério para aplicação dos juros de mora, o índice mensal da caderneta de poupança divulgado pelo Banco Central do



SF/22262.00499-07



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Brasil vigente na competência, somado aos índices dos meses posteriores até a data de despacho do benefício (DDB).

Bem se vê que essa regra não atende a todos os que tiveram, notadamente a partir de 2016, prejuízos decorrentes do pagamento em atraso de seus benefícios. E o próprio critério é inadequado, posto que considera o índice da caderneta de poupança, que é critério que envolve, além da taxa referencial (TRD), a remuneração adicional, por juros, de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento; ou 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

A presente proposição visa superar essa lacuna legal, e garantir critério mais equânime e justo de atualização monetária e juros de mora.

Por um lado, propomos restabelecer, em lei, a garantia da correção pelo INPC, apurado mensalmente desde a data em que o benefício é devido. E, quanto aos juros de mora, propomos que seja acrescido da taxa de correspondente à utilizadas na cobrança de tributos pago em atraso ao Regime Geral de Previdência Social.

Note-se que a EC 113, de 2021, fixou, no seu art. 3º, que, nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente.

Em sede administrativa, porém, inexistente regra legal, e a fórmula proposta assegura isonomia de tratamento, de modo a se aplicar, a quem tem a receber, o mesmo direito que tem a União, ao cobrar as dívidas de contribuintes para com o RGPS.

Para que não se olvide o direito de todos, é necessário assegurar a validade da regra em caráter retroativo, atingindo todos os pagamentos efetuados administrativamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social em atraso nos cinco anos anteriores à data de sua vigência, assegurada a compensação dos juros de mora e correção monetários que já tenham sido pagos.



SF/22262.00499-07



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Dessa forma, haverá maior segurança jurídica e compensação mínima pelos prejuízos causados pela incúria governamental, que não apenas vem sucateando o INSS, como acarretando sérios problemas econômicos e sociais, atingindo famílias que não dispõem de outra fonte de renda que não os benefícios previdenciários.

Por ser questão de justiça, contamos com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala das Sessões,

**SENADOR PAULO PAIM**  
**PT/RS**



SF/22262.00499-07

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 3.048, de 6 de Maio de 1999 - Regulamento da Previdência Social - 3048/99  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1999;3048>  
- art175
- Decreto nº 6.722, de 30 de Dezembro de 2008 - DEC-6722-2008-12-30 - 6722/08  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2008;6722>
- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>
- Lei nº 8.880, de 27 de Maio de 1994 - Lei da URV - 8880/94  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8880>